



PERITO MEDE A CERCA NA CASA CONSTRUÍDA NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO, AO LADO DO QUE RESTA DA MATA CILIAR: NASCENTE ENTUPIDA DE CIMENTO

# Natureza agredida, assessor na cadeia

Ana Lúcia Moura  
Da equipe do **Correio**

São várias estacas de ferro cercando uma grande área, na nascente do córrego Vicente Pires. Em poucos dias, as estacas dariam lugar a um muro. Antes que o trabalho fosse concluído, o construtor da cerca foi detido. José Marcílio Corrêa foi preso ontem, por praticar crime de dano ambiental.

Assessor parlamentar do deputado distrital José Edmar (-PMDB), ele estava construindo uma cerca na chácara 26 da Colônia Agrícola Vicente Pires, em área situada dentro de um parcelamento irregular. A área cercada tem 2.898 m<sup>2</sup> e fica dentro dos limites da nascente do córrego Vicente Pires, o que é um crime ambiental grave.

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, construções em áreas de nascentes só podem ser permitidas se estiverem a 50 metros da mina de água. Na chácara 26, a cerca está a apenas 10 metros do córrego e dentro da área de nascentes, o que agrava ainda mais o crime. A situação da chá-

cara é ainda mais irregular porque a cerca está a apenas 50 metros da pista, quando a distância deveria ser de 65 metros. Parte da mata ciliar da chácara também foi desmatada.

Pelo crime de dano ambiental, Marcílio pode pegar de um a cinco anos de reclusão. Ontem à tarde, ele foi encaminhado à carceragem da Coordenação de Polícia Especializada (CPE), onde deve ficar preso até o julgamento do caso, já que o crime é inafiançável. O deputado José Edmar não foi encontrado pelo **Correio**. Ari da Cunha, um de seus assessores, afirmou que o parlamentar está viajando e desconhece o fato. “Não sabemos de nada sobre a prisão”, afirmou.

## GRANDE OBRA

Marcílio foi preso depois de uma denúncia anônima na Delegacia Especial do Meio Ambiente (Dema-DF). Dois pedreiros, Manoel Rodrigues Pacheco e seu irmão Aparecido, erguiam a cerca quando os policiais chegaram. Marcílio foi encontrado uma hora depois, no Centro Comunitário da

invasão da Estrutural.

O assessor parlamentar foi levado para a delegacia junto com os dois pedreiros. Alegou que foi contratado para construir o muro, mas não disse por quem. Ele e os pedreiros, no entanto, reconheceram saber que não podiam erguer construções em áreas de nascentes.

Originalmente, a região da Vicente Pires foi arrendada pela Fundação Zoobotânica a chacareiros. Mas hoje, das 350 chácaras originais, apenas 53 restaram. As outras viraram condomínios com até 36 lotes cada uma. Ao todo, são mais de 20 mil moradores e 4,3 mil casas.

Na chácara 26, o cenário ontem, era de uma grande obra em andamento. Montes de areia e cimento cercavam a porta de entrada da casa. A quantidade de água nascente dentro dos limites da cerca é tão grande que forma alagados. Alguns trechos já foram tapados com cimento, para facilitar a passagem.

A promotora Juliana Santilli, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, considera o crime gravíssimo.

“Com as construções ilegais surgindo da noite para o dia, a água em Vicente Pires está completamente comprometida”, afirma.

Segundo ela, a promotoria recebe diariamente um grande número de denúncias de danos ambientais naquela área. Na Dema, são cerca de quatro denúncias por dia. “É um estrago o que os parcelamentos estão fazendo em Vicente Pires, que é uma área de recarga ambiental importantíssima. É que ali o solo absorve uma grande quantidade de água, recarregando os lençóis freáticos das cidades ao redor, como Guarã e Taguatinga. Esse manancial pode se esgotar em poucos anos”, alerta.

Para José Elói Campos, professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), um dos grandes prejuízos para o meio ambiente provocados pelos parcelamentos irregulares de Vicente Pires é a poluição. “O córrego desemboca no Riacho Fundo, que é um dos braços do Lago Paranoá. Em pouco tempo, teremos lixo chegando por causa da exploração predatória”, afirma.